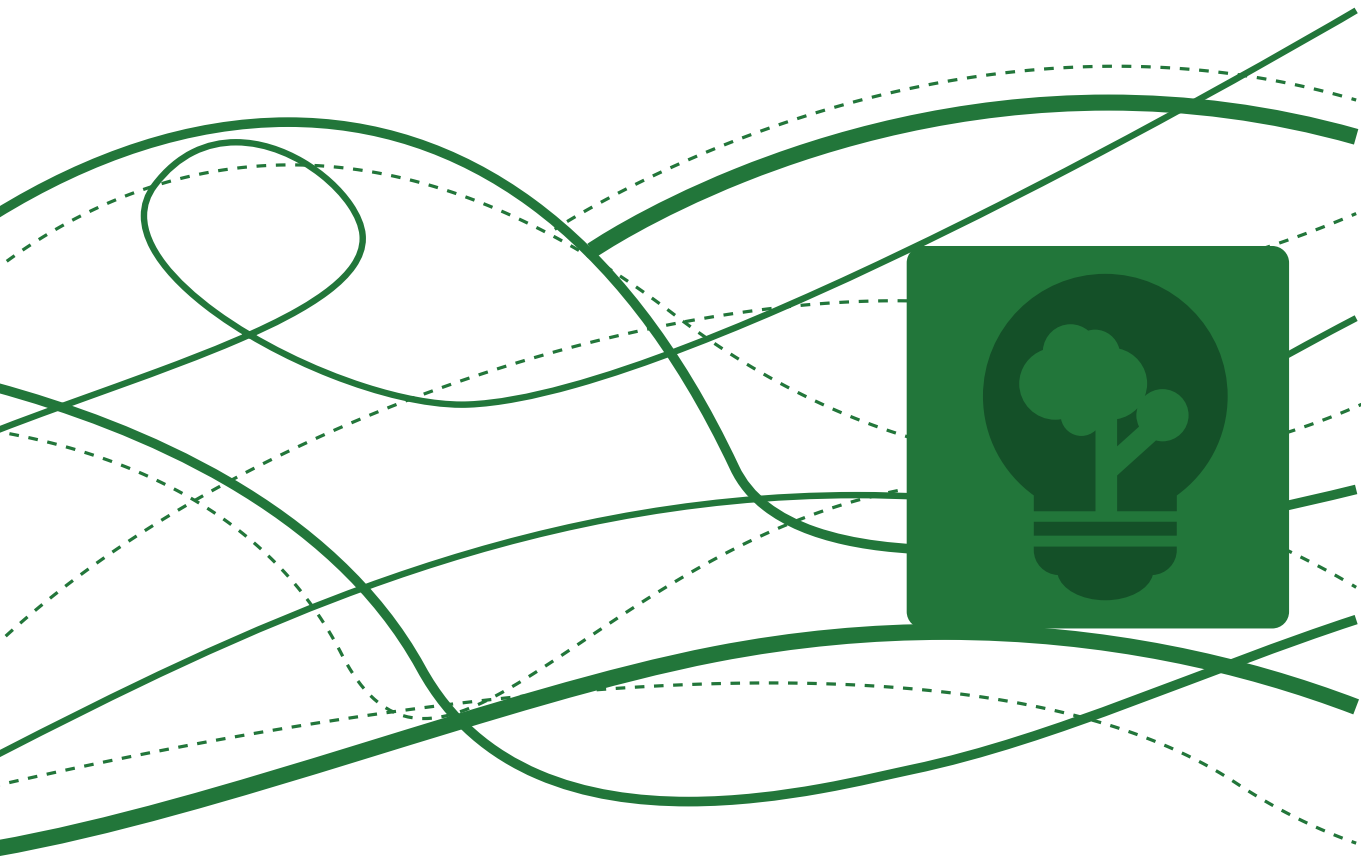
Meio Ambiente e Sustentabilidade



CARACTERIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL INTEGRADA AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM COMUNIDADE RURAL NO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DO GOITÁ-PE

Characterization of the Integrated Family Agribusiness Rural School Feeding Programme (PNAE) Rural Community in the City of Glória Goitá-PE

Amanda Mariany Moura de Carvalho; Izaías Alves da Silva; Maria Alcilene Alexandre Dantas da Silva; Maria Célia Lúcio da Silva - IFPE

RESUMO

A Associação das Mulheres Empreendedoras Rurais de Palmeiras (AMERP) tem-se destacado no município de Glória por ser integrante do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto, a permanência e a inclusão da AMERP tanto no PNAE como em outros canais de comercialização tem sido um desafio. Portanto, este trabalho objetivou estabelecer um diagnóstico dos potenciais e das necessidades da comunidade em estudo na tentativa de se identificar formas e instrumentos de acompanhamento através da metodologia de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). Neste estudo ficaram evidenciados alguns pontos que dificultaram a permanência e ampliação da agroindústria familiar na comunidade e, entre eles tem-se a ausência de estudos de viabilidade econômica, técnica e infraestrutura adequada para funcionamento, baixo nível tecnológico e gerencial da organização dos produtores e a insuficiência de políticas públicas de apoio aos pequenos negócios entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar; Agroindustrialização; PNAE

ABSTRACT

The Association of Women Entrepreneurs in Rural Palmeiras (AMERP) has been highlighted in the municipality of Glory for being part of the National School Feeding Programme (PNAE). However, the inclusion of permanence and AMERP both by the Program as other marketing channels has been a challenge. Therefore, this study aimed to establish a diagnosis of potential and needs of the community being studied in an attempt to identify ways and means of monitoring through the methodology of Participatory Rapid Appraisal (PRA). This study highlighted some points that were difficult permanence and expansion of agribusiness in the family and community, among them there is the lack of economic feasibility studies, technical and adequate infrastructure for operation, low level of technological and managerial organization of producers and insufficient public policies to support small businesses and others.

KEYWORDS: *Family Agriculture; Agroindustrialization; PNAE*

INTRODUÇÃO

O município de Glória do Goitá está localizado na mesorregião da Mata pernambucana e na Microrregião de Vitória de Santo Antão do Estado de Pernambuco. Nele está inserida a comunidade de Palmeiras cuja estrutura fundiária está baseada na pequena propriedade com base na agricultura familiar. Embora muito isolada, com poucas opções de transporte para se chegar aos centros urbanos mais próximos, nela está inserida a Associação de Mulheres Empreendedoras Rurais de Palmeiras (AMERP) que se constitui como pessoa jurídica e com sede própria para trabalhar desde 28 de julho de 2009.

A seleção da comunidade rural de Palmeiras em Glória do Goitá se justifica em resposta à sua relevância, como uma das comunidades participante do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e também da intensa atividade empreendedora que a Associação de Mulheres Rurais vem desenvolvendo. Atualmente a Associação trabalha na produção e cultivo de produtos orgânicos, mas, já tentou viabilizar a instalação de uma agroindústria de produtos de origem vegetal, de uma padaria para abastecer a comunidade, além da produção de derivados da mandioca fabricados em casa de farinha instalada na própria comunidade. O desenvolvimento de algumas dessas atividades foi incentivado por ONGs e outras instituições públicas, e parte dos alimentos eram destinados às escolas do próprio município pelo PNAE.

O PNAE é um programa coordenado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) implementado através da Lei 11.947/2009 que estabelece que 30% dos recursos destinados à alimentação escolar sejam de produtos advindos da agricultura familiar pelo repasse de recursos financeiros federais para Estados, Municípios e Distrito Federal, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar (BRASIL, 2009).

Neste sentido, o presente projeto objetivou estabelecer um diagnóstico dos potenciais, necessidades e interesses dos participantes da agricultura familiar da comunidade de Palmeiras, no município de Glória do Goitá-PE, para posterior capacitação na aplicação de tecnologias apropriadas ao processo de beneficiamento e/ou processamento das matérias-primas alimentares, a fim de contribuir para o avanço técnico-científico na área da Ciência e Tecnologia de Alimentos e para o fortalecimento dos princípios institucionais do IFPE-Campus Vitória: ensino, pesquisa e extensão.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A agroindústria familiar apresenta-se como uma forma de organização que permite aumentar e reter, nas zonas rurais, o valor agregado da produção da família rural, uma vez que a mesma

produz, processa e/ou transforma, conserva e armazena parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, agregando mão-de-obra própria na produção e comercialização dos produtos (WESZ JUNIOR et al, 2009).

Outros aspectos também caracterizam a agroindústria familiar, tais como: a localização no meio rural; a utilização de máquinas e equipamentos em escalas menores; procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos e processos artesanais próprios, podendo, ainda, vir a ser um empreendimento associativo, reunindo uma ou várias famílias, aparentadas ou não (MIOR, 2005).

A industrialização dos produtos agropecuários no meio rural não se constitui em uma novidade. Isto já faz parte da sua própria história e da sua cultura, tendo como objetivo atender o consumo da família e, em menor grau, abastecer o mercado local com o excedente. Portanto, a agroindustrialização pode assim ser definida como o beneficiamento dos produtos agropecuários (secagem, classificação, limpeza) e/ou a transformação de matérias-primas gerando novos produtos, de origem animal ou vegetal como, por exemplo, leite em queijos, elaboração de conservas em geral, frutas em doces e bebidas e embutidos e defumados de carne. Nessa perspectiva a pequena agroindústria se torna uma importante alternativa para promover a participação dos agricultores familiares no processo produtivo e permanência do agricultor familiar no campo, evitando assim o êxodo (PREZOTTO, 2002).

Nesse contexto, a agroindústria familiar pode impulsionar a geração direta e indireta de novos postos de trabalho e de renda aos agricultores familiares, promovendo sua inclusão social e econômica. Daí, a agroindústria familiar ter sido apontada como uma das alternativas para a reversão das consequências sociais desfavoráveis no meio rural (PREZOTTO, 2002). A produção agrícola que até então era autônoma ou para subsistência, torna-se cada vez mais direcionada ao mercado, aumentando a venda esporádica de alguns produtos, além da aquisição de produtos como sementes, adubos, máquinas, ferramentas e pesticidas, ocorrendo o chamado processo de mercantilização (SCHNEIDER, 2003).

Porém, a transformação da atividade de processamento de alimentos para a agroindústria familiar rural é vista como um dos maiores desafios para a consolidação desta nova estratégia de produção e consumo de alimentos. Várias são as exigências, que vão desde a questão fiscal, passam pela ambiental e, principalmente, sanitária, que estão sendo enfrentadas pelos agricultores familiares e suas representações (MIOR, 2005).

O município de Glória do Goitá foi criado em 09/07/1877, pela Lei Provincial n. 1.297, sendo formado pelos distritos Sede e Apoti, e pelo povoado do Tapera. A população residente total é de 29.675 habitantes, sendo 15.631 (52,7%) na zona urbana e 14.044 (47,3%) na zona rural, resultando numa densidade demográfica de 125,17 hab/Km2. A área municipal ocupa 232 km2 e representa 0,23% do Estado de Pernambuco (IBGE, 2010).

Em Glória do Goitá, a principal atividade é a agricultura, e outra é o comércio. A cidade tem uma extensa área de cana-de-açúcar plantada, mas o município não tem nenhuma usina. Parte dos moradores trabalha em um pequeno comércio localizado no centro. O município é privilegiado,

pois em todos os lugares, seja às margens da BR ou na área rural encontram-se pequenas lavouras, algumas são de subsistência. Outros moradores vendem o que produzem na feira do município, onde planta-se de tudo: coco, limão, maracujá, acerola, macaxeira, pimentão, cebola, cebolinha e coentro. Outra importante fonte de renda do município é a produção de farinha de mandioca, que são fabricadas em diversas "casas de farinha" encontradas na zona rural do município. Atualmente um dos polos que mais se desenvolve no município é o da cultura orgânica, que é vendida na Ceasa, nas feiras de orgânicos da região metropolitana do Recife e na própria feira do município.

Com a aprovação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e da Resolução FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013, um dos requisitos para a alimentação escolar do ensino básico, no âmbito do PNAE, é o repasse de no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos financeiros pelo FNDE para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, respeitando à cultura local, às tradições e a nutrição balanceada (BRASIL, 2009). Esta união entre a alimentação escolar e a agricultura familiar pode promover uma ascensão financeira às agroindústrias rurais de pequeno porte.

A Associação das Mulheres Empreendedoras Rurais de Palmeiras (AMERP) que se constitui como pessoa jurídica e com sede própria tem-se destacado no município de Glória por ser integrante do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto, a permanência e a inclusão da AMERP tanto para PNAE como para outros canais de comercialização tem sido um desafio. Portanto, estabelecer um diagnóstico dos potenciais e das necessidades da comunidade em estudo quanto à tecnologia de processos e produtos para propor ações de melhoria contínua com base no diagnóstico realizado se faz imprescindível, na tentativa de se identificar formas e instrumentos de acompanhamento e análise das ações propostas para as necessidades detectadas.

METODOLOGIA

Em todas as etapas do projeto foram adotadas metodologias participativas, protagonizando os agricultores neste processo coletivo da construção de conhecimentos. A metodologia adotada foi o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) pautado nas condições e possibilidades dos participantes, baseando-se nos seus próprios conceitos e critérios de explicação (PRETTY; VODOUCHÊ, 1997). De acordo com Caporal e Costabeber (1994), o DRP é a metodologia mais adequada para o trabalho com grupos em condições de maior carência, além de contribuir para a redução dos custos da atividade extensionista.

Os dados foram coletados entre os meses de junho a outubro de 2013, a partir de entrevistas aos agricultores familiares realizadas informalmente com o preenchimento de questionário semiestruturados para o levantamento do perfil multidimensional da comunidade. Entre outras ações desenvolvidas, destacaram-se as rodas de conversa, identificando potencialidades, limitações e problemas da comunidade além de trocas de experiências, proporcionando um consenso para resolução dos problemas identificados e a ministração de oficina as associadas

rurais da agroindústria na área de tecnologia de alimentos, de acordo com as demandas levantadas no diagnóstico e previstas no escopo do projeto.

Estudos do tipo diagnóstico caracterizam-se por constituírem num levantamento da situação de um fenômeno ou realidade, dos problemas de primeira ordem, e de eventuais ações. O diagnóstico, portanto, visa localizar o que falta no contexto investigado, não sendo simplesmente um retrato da realidade ou um mero levantar de dificuldades, porém é um confronto entre a situação vivida e a que se deseja viver (THIOLLENT, 1997).

Para dimensionar o perfil do agricultor familiar em Palmeiras foram diagnosticados dados a respeito de sua faixa etária; nível de escolaridade; estado civil; quantas pessoas na família; situação da moradia (tamanho da propriedade, localização, forma de acesso ao município e condições de trafego); se exerce outra atividade não agrícola; qual a cultura agrícola que cultiva; quantas pessoas trabalham na propriedade; se sente necessidade de participar de treinamentos; satisfação com relação à atividade agropecuária entre outras. O estudo permitiu uma investigação holística possibilitando a realização de um diagnóstico estratégico.

A respeito da participação das agricultoras no Programa PNAE foram levantados questionamentos acerca da assistência recebida para desenvolvimento das atividades de agroindustrialização; tempo de participação no programa; produtos disponibilizados ao PNAE; obtenção de informações a respeito do programa; opinião a respeito do PNAE (dificuldades, benefícios, o que precisa melhorar).

ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Foram entrevistados 16 participantes do PNAE incluindo a presidenta da associação, o que equivale a uma amostra de 100% dos participantes da associação. Em relação ao grau de escolaridade das entrevistadas variou entre ensino fundamental incompleto a 3º grau incompleto. Do total, 01 (uma) possuem ensino fundamental incompleto; 11 (onze) ensino fundamental completo; 02 (duas) ensino médio incompleto; 01 (uma) ensino médio completo e 01 (uma) 3º grau incompleto. A maioria encontra-se na faixa etária entre 30 a 50 anos, que cursaram no máximo o ensino fundamental completo (Figura 1).

Em relação às condições de moradia, residem na propriedade rural própria há mais de 10 anos, com área menor que 10 hectares, sendo todas casadas e com no mínimo três pessoas na família. Esta área condiz com as exigências da Lei 11.326 de 24 de Julho de 2006, que exige que para ser considerado como agricultura familiar tenha que ter no máximo 4 módulos rurais (BRASIL, 2006). Entre as principais culturas agrícolas desenvolvidas pela agricultura familiar local, tem-se o cultivo de hortaliças, destacando-se o tomate, alface, coentro, cebolinha, pimentão. Associado ao cultivo das hortaliças, as famílias apresentam também cultivo de plantas de roçado, como feijão, mandioca, inhame, limão, banana e batata doce, mas estes cultivos em geral, não são comercializados, apenas destinados para o próprio consumo da família com exceção da mandioca

e inhame. Sendo, portanto, as entrevistadas, potenciais fornecedores de hortaliças, frutas e derivados da mandioca para o programa da alimentação escolar.

No que diz respeito à quantidade de pessoas que trabalham na propriedade, todos responderam que trabalham juntos, marido, esposa e filhos. Tal informação condiz com as exigências para se enquadrar na agricultura familiar, que é não possuir empregado, excluindo os temporários, sendo as atividades desenvolvidas pela família. No quesito se exerce outra atividade não agrícola remunerada, a maioria respondeu que possuem a atividade agrícola como única fonte de renda. Porém, algumas entrevistadas responderam que filhos e/ou esposos trabalham na cidade em empregos formais (com registro em carteira) e informais (sem registro em carteira de trabalho) para complementar a renda da família, demonstrando assim, que a atividade desenvolvida na propriedade familiar não está sendo suficiente para o sustento da família, sendo necessário buscar alternativas de aumentar a renda. Logo, buscar alternativas de geração de renda a partir da cultura desenvolvida pelo agricultor e/ou pela diversificação de culturas em sua própria propriedade é de suma importância, para a fixação da família na zona rural, evitando assim o êxodo rural.

Ao serem interrogadas quanto à participação de programas destinados à agricultura familiar para geração de renda, todos responderam que já participaram do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, e do PNAE, que são programas a nível federal e que atualmente participam da Feira do Produtor Rural, mas que a nível municipal não fazem parte de nenhum. Em relação à assistência técnica que lhes são prestadas para o desenvolvimento das atividades agrícolas quando precisam, recorrem aos órgãos como o IPA (Instituto Agronômico de Pernambuco), SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa) e que também buscam orientação e auxilio com outras cooperativas, próxima da comunidade. Assim, pelas respostas obtidas percebe-se que o município não possui programas de incentivo à agricultura familiar de forma direcionada para auxilio dos agricultores de Palmeiras, segundo a visão das entrevistadas.

Ao questionar sobre o que cada entrevistada acha do programa PNAE, todas responderam que o programa é bom, que ajuda o agricultor aumentar sua renda familiar, pela garantia do recebimento. Em relação à atividade agroindustrial, entre as vantagens apresentadas pelas entrevistadas, 24% comentaram que contribui para melhor padrão de vida; 23% para o aumento de renda; 6% falaram que incentivou a assistência de outras associações, ONGs e realização de cursos entre outras (Figura 2).

No entanto, atualmente as duas agroindústrias da comunidade encontram-se paradas, não havendo mais a distribuição dos alimentos ao programa PNAE. A própria casa de farinha encontra-se desativada desde o início de 2013 e a sede da Agroindústria, local que seria para processamento de frutas, já se encontra desativada aproximadamente há cinco (5) anos. Entre as principais dificuldades enfrentadas para a permanência das atividades das agroindústrias implantadas na comunidade foram (Figura 3):

- Problemas gerados entre as famílias e a política do município;

- Dificuldades no processamento dos produtos devido à falta de planejamento na aquisição

de matéria prima, uma vez que a escala de produção havia aumentado e alguns produtores da região não tinha matéria-prima suficiente para fornecer;

- Descontinuidade de oferta, o que inviabilizou contratos de comercialização com o PNAE e/ou cadeias de supermercados, feiras entre outros;

- Ausência de estudos de viabilidade econômica, técnica e infraestrutura adequada para funcionamento, dificultando o estabelecimento de condições capazes de conferir maior competitividade a associação das produtoras;

- Baixo nível tecnológico e gerencial da organização dos produtores;

- Baixa capacidade de investimentos devido à falta de capital de giro e falta de linha de crédito a taxas acessíveis;

- A insuficiência de políticas públicas de apoio aos pequenos negócios;

Estudo realizado por VIEIRA (1998), sobre a sobrevivência da agroindústria familiar indicou que, após um período de cinco anos desde sua instalação, a taxa de sobrevivência das pequenas empresas na cidade é de 5% e, no meio rural é de apenas 3%. A mortalidade ou sobrevivência dos pequenos negócios está sempre associada a fatores como falhas gerenciais, perfil e comportamento do empreendedor, pouca capacidade de assimilar informações técnicas, gerenciais e mercadológicas, pouca capacidade de adaptação às mudanças do ambiente econômico.

Segundo as próprias entrevistadas, os pontos em que se podem melhorar, são mais informações para os agricultores familiares tanto na parte burocrática quanto no cultivo agrícola; melhorar as estradas, fornecer também profissional capacitado para auxilio aos agricultores no que diz respeito a informações de empreendedorismo e gestão de pequenos negócios e incentivar os agricultores a participar dos programas de geração de renda. Pode-se ainda verificar o grande interesse das agricultoras na utilização de tecnologias apropriadas para melhoria da produção e qualidade dos produtos.

Atualmente, a maioria dos agricultores, na tentativa de reprodução da agricultura familiar tem investido na agroecologia, enquanto possível estratégia, com venda direcionada ao mercado local e regional do cultivo de produtos orgânicos, pretendendo expandir-se. Porém, em relação ao escoamento dos produtos destinados a comercialização direta ou indireta, pelas respostas das entrevistadas, muitas dificuldades são encontradas em decorrência das vias de acesso por meio de estradas em péssimas condições, dificultando assim as vendas e consequentemente trazendo prejuízos aos produtores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo ficaram evidenciados alguns pontos que dificultaram a permanência e ampliação da agroindústria familiar na comunidade de Palmeiras em Glória do Goitá-PE, e os principais desafios para estas famílias nesse momento.

Entre os desafios, destacam-se a necessidade de revitalização da Agroindústria Familiar Rural uma vez que a mesma apresenta-se como uma importante alternativa de permanência do agricultor familiar no campo além de agregar valor à produção e incrementar renda à propriedade; e a necessidade de apoio de políticas governamentais e não governamentais para sua reprodução social.

Percebeu-se, através da descontinuidade de fornecimento ao PNAE à falta de interesse da gestão pública municipal atual em incentivar a maior participação desses agricultores neste programa, em elaborar programas e projetos a nível municipal destinada à agricultura familiar, principalmente em questão de complementação de renda.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm >. Acesso em 25 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução/FNDE/CD/N° 38, de 16 de julho de 2009. Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Reforma Agrária**, n.3, v.24, p.70-90, 1994.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo demográfico 2010. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260610&search=pernambuco|gloria-do-goita. Acesso em: 10 maio 2013.

MIOR, L. C. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338p.

PRETTY, J. N.; VODOUCHÊ, S. D. Using Rapid or Participatory Rural Appraisal. In: SWANSON, B. E.; BENTZ, R. P.; SOFRANKO, A. J. **Improving Agricultural Extension: a**

Reference Manual. Roma: FAO, 1997, p. 47–55.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas,** n.31, p.133-153, 2002.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.51, v.18, p.99-122, 2003.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997. 164p.

VIEIRA, L. F. Agricultura e agroindústria familiar. **Revista de Política Agrícola**, n.1, v.7, p.11-23, 1998.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L.; FILIPPI, E. E. Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil**. Cuadernos Desarrollo Rural**, n.6, v.63, p.59-85, 2009.